Cooperação Militar na América do Sul: Estudo do Conselho de Defesa Sul-Americano e de seus Benefícios Estratégicos para o Brasil[1]

RESUMO

Este trabalho científico busca fazer um estudo acerca dos benefícios estratégicos da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) para o Brasil. Tem como objetivo específico identificar os motivos que levaram à criação do CDS, os benefícios para o Brasil e os principais obstáculos à sua implementação e efetivação. Como base para a realização do estudo realizamos uma pesquisa bibliográfica a respeito da história e geopolítica sul-americana. Em seguida, realizamos uma busca de dados quantitativos relacionados aos gastos militares, poderio bélico e intercâmbio militar na América do Sul, visando analisar a situação da gestão dos orçamentos e dos recursos materiais e humanos referentes à Defesa no continente. Chegamos à conclusão de que a consolidação do CDS é de extrema importância para a Defesa Nacional, tendo em vista os expressivos ganhos militares, estratégicos e até mesmo econômicos que acarretará para o país, que ocupa incontestável posição de liderança regional na América do Sul. Verificamos, no entanto, que o processo de implementação encontra-se ainda em um estágio inicial e esbarra em alguns obstáculos políticos, econômicos e diplomáticos, tendo muito a evoluir nos próximos anos.

[1] Artigo de autoria de Guilherme Adilson de **Freitas**, Cadete da Arma de Infantaria do 4º ano da AMAN, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso, de mesmo título, realizado sob a orientação do Cap QCO Walfredo Bento Ferreira Neto, Professor da Cadeira de Relações Internacionais da AMAN.

1 INTRODUÇÃO

O tema cooperação militar regional tem adquirido relevante importância no contexto global, pois a regionalização é um fenômeno predominante no cenário geopolítico mundial. Essa tendência tem levado os Estados sul-americanos a buscarem uma maior interação para além da política e economia. Desta forma, é de suma importância que o estreitamento desses laços regionais ocorra também no campo militar e estratégico.

O estudo do Conselho de Defesa Sul-Americano é relevante para o meio militar, uma vez que suas propostas têm reflexos imediatos para as Forças Armadas. A implementação de políticas de defesa regional previstas no CDS muito influenciarão os destinos do Exército Brasileiro, visto que elas balizarão o desenvolvimento da indústria bélica na região, os investimentos no campo militar e, até mesmo, o preparo e emprego das tropas. Sendo assim, o aprofundamento dos conhecimentos sobre o assunto dá aos militares uma maior capacidade para expor as intenções e os interesses da Força.

A presente pesquisa busca tratar do tema sob a perspectiva da Teoria Neoliberal das Relações Internacionais, onde se deve levar em consideração que os Estados não mais são entes unitários e racionais dentro do contexto da globalização. Nesse contexto, a presença de atores não estatais na relação entre as nações e a ampliação da agenda da política externa jamais podem ser desconsideradas quando se analisa as relações entre os Estados. Sendo assim, a integração regional e a criação de um ambiente de confiança mútua no Cone Sul são fundamentais para desenvolvimento político, social, econômico e militar das nações envolvidas.

Delimitamos o nosso foco de pesquisa nos benefícios estratégicos que a implementação e o funcionamento efetivo do Conselho de Defesa Sul-Americano trarão ao Brasil, no que se refere à Defesa Nacional. Logicamente que o CDS tem como objetivo síntese fomentar a cooperação militar regional, proporcionando integração e benefícios estratégicos para todas as nações membro do Conselho. No entanto, o escopo de nossa pesquisa buscará analisar os principais fatores de interesse para o Brasil, levando em consideração que ele é a maior potência econômica e militar do subcontinente.

Nosso objetivo geral foi realizar uma análise do processo de integração e cooperação militar na América do Sul, dando ênfase no Conselho de Defesa Sul-Americano. Nossos objetivos específicos foram: (a) identificar os motivos, relacionadas à geopolítica sul-americana e mundial, que levaram à criação do CDS; (b) identificar os principais benefícios estratégicos da implementação do CDS para o Brasil; (c) analisar os dificuldades encontradas para um efetivo funcionamento do órgão, que caracterizam obstáculos ao processo de integração regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Buscando identificar o que de mais relevante e atualizado tem sido produzido sobre o tema, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental que nos deu base para a nossa pesquisa sobre a cooperação militar na América do Sul. Pode-se dizer que a literatura relacionada às Relações Internacionais e à Geopolítica sul-americana é bem vasta. Pesquisamos alguns autores, dentre eles Cepik (2005) que aborda o tema sob uma perspectiva mais estrutural, buscando analisar os traços da dinâmica conjuntural da região. Magnoli (1997) e Aravena (2008) buscam relacionar o processo integração regional com a tendência global da regionalização das relações internacionais, e defendem que esse processo está intimamente ligado à formação de blocos econômicos, de cunho predominantemente comercial. Outra corrente, não menos importante, representada por Rush e Epley (2005),

procura abordar o tema sob uma ótica mais Realista, com ênfase no aspecto militar, realizando análises históricas e sempre buscando relacionar a cooperação militar com a política da formação de Alianças.

Dentro de uma linha de pensamento mais Liberal, Cepik (2010) procura analisar a intensificação da cooperação militar com enfoque na Segurança Internacional. Por outro lado, Costa (2003) vê na integração regional uma maneira eficiente para inserção do Brasil no cenário Internacional, dando foco na projeção de poder do país sobre as demais áreas do continente e do globo. Já Cottey e Forster (2004) acreditam que a preparação conjunta e o envolvimento em Missões de Manutenção da Paz (PKO) são a chave para intensificar a integração da América do Sul e promover a emancipação dos Direito Humanos.

As pesquisas realizadas em Tratados Internacionais tais como o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (2008), o Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano (2008) e a Carta das Nações Unidas (1945) serviram de base para estudo dos princípios norteadores, objetivos e principais propostas dos Organismos Internacionais com relação à integração regional e à cooperação militar. A consulta a documentos nacionais, tais como o Livro Branco de Defesa Nacional (2012), a Estratégia Nacional de Defesa (2012) e, até mesmo, a Constituição Federal (1988) foi fundamental para a realização de nosso estudo, pois esses documentos transmitem a visão e as intenções do Estado brasileiro perante o processo de integração e cooperação militar entre as nações do Cone Sul.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOPOLÍTICA

3.1 Globalização e integração regional

Figura 1 - Mundo globalizado e os blocos econômicos regionais
Fonte: Disponível em: http://www.mundoeducacao.com. Acesso em 08/05/2015

Segundo Magnoli (1997), “a multiplicação dos acordos e blocos econômicos regionais constitui um dos fenômenos mais marcantes do Pós-guerra Fria.” Com a queda do muro de Berlim (1991) e o desmantelamento do mundo bipolar, o cenário geopolítico mundial tem se configurado em blocos regionais, de caráter econômico, social, político e militar. É nesse contexto que os Estados da América do Sul vêm, por meio de acordos multilaterais, buscando realizar sua integração. Para Aravena (2008), essa integração teve sua gênese em acordos comerciais como o MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e, posteriormente, Venezuela) e o Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), agora chamado de Comunidade Andina de Nações.

O êxito desses acordos comerciais e a crescente tendência global de regionalização abriram as portas para uma maior interação entre as nações sul-americanas, viu-se a necessidade da criação de um organismo focado no diálogo político, que visasse à integração regional nas diversas áreas diplomáticas. Criou-se, então, durante a Terceira Cúpula dos Chefes de Estado, em Brasília (2008), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), firmada pela assinatura de seu Tratado Constitutivo que foi realizada por 12 países, sendo eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

A UNASUL, segundo seu próprio Tratado Constitutivo (2008), tem como objetivo fomentar a integração entre as nações sul-americanas no âmbito cultural, social, econômico e político. Tem como foco o diálogo político, a educação, as políticas sociais, a infraestrutura, a energia, o financiamento e o meio ambiente, visando eliminar a desigualdade socioecômica, criar um ambiente de paz e segurança no subcontinente e alcançar a inclusão social dos cidadãos sul-americanos.

"A Unasul tem potencial para abordar os problemas de segurança regional, como o tráfico de drogas, crime organizado, disputas militarizadas interestatais e altos índices de violência interpessoal" (CEPIK, 2010). Analisando os objetivos específicos, contidos nas alíneas "m", "n" "n", "q" "q", "s" "s", "t" e "u", do Artigo 3 do Tratado Constitutivo da UNASUL e a visão de Cepik (2010), verificamos que o estreitamento dos laços políticos entre os Estados canalizam o processo de integração regional para a cooperação militar. Nesse contexto, o Brasil propôs a criação de um Conselho consultivo, com foco específico em assuntos militares e estratégicos relacionados à Defesa. Esse Conselho foi oficialmente criado durante a V Reunião Extraordinária da UNASUL (2008), na Costa do Sauípe - BA e foi denominado de Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

3.2 América do Sul e a cooperação militar

A grandeza de suas riquezas naturais torna a América do Sul uma região cada vez mais importante no contexto mundial do século XXI. Juntamente com fatores econômicos e políticos, a presença abundante de itens fundamentais à sobrevivência, tais como água doce e áreas cultiváveis, vem aumentando a relevância do Cone Sul no cenário internacional. A abundância de recursos hídricos - cerca de 25 % da água potável da superfície terrestre - em seus volumosos aquíferos (Figura 2) e bacias hidrográficas; o elevado potencial energético; a expressiva produção petrolífera (Brasil, Colômbia e Venezuela) e de gás natural (Argentina, Brasil e Bolívia); a presença de minerais metálicos (ouro, prata, ferro, bauxita, estanho, dentre outros) em diversas áreas do território (Figura 3) e a rica biodiversidade presente na Floresta Amazônica (Figura 4), a maior floresta tropical do mundo, comumente chamada de "Pulmão do Mundo", são alguns dos motivos que têm fomentado o interesse mundial em relação à América do Sul. Desta forma, é fundamental que os fatores supracitados sejam levados em consideração quando se tratar de questões estratégicas de defesa.

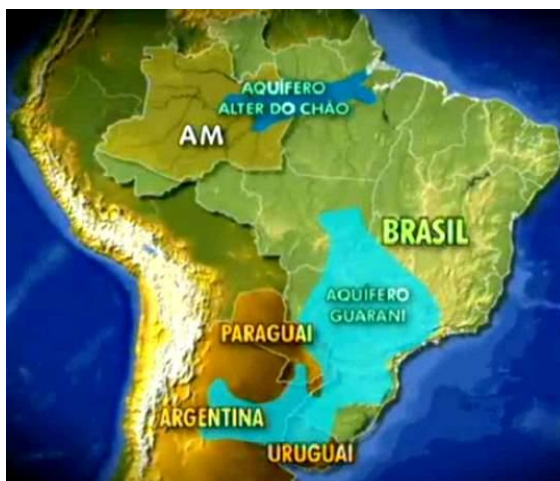



Figura 2 - Aquíferos sul-americanos

Fonte: Disponível em: http://www.hidroplan.com.br Acesso em 10/05/2015

Figura 3 - Reservas de minerais metálicos na América do Sul

Fonte: Estratégia Nacional (Costa, 2005)

Figura 4 – Floresta Amazônica

Fonte: Disponível em: http://www.portalamazonia.com.br Acesso em 12/05/2015

O estabelecimento de uma identidade sul-americana - conceito muito utilizado pela corrente construtivista das Relações Internacionais - no que se refere à Defesa, dentro de uma zona de paz, ocorreria em torno de riscos comuns. Sendo assim, pode-se dizer que a intensificação da cooperação militar acarretará a regionalização de possíveis ameaças, já que a prevenção a essas ameaças tomam um âmbito regional. Sabe-se que alguns dos patrimônios naturais sul-americanos possuem caráter transnacional, pois se estendem por mais de um Estado Nação.Dentre essas riquezas pode-se citar o Aquífero Guarani, maior reserva de água doce do mundo, que se estende do centro-sul brasileiro, passando pela porção oriental do território paraguaio, porção ocidental do Uruguai, até o norte da Argentina; a floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, que se estende pelos territórios do Brasil, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia; Bacias Hidrográficas como a Bacia Amazônica e a Bacia Do Prata, esta que percorre territórios paraguaio, brasileiro, Uruguaio e Argentino.

Há alguns anos vem se desenvolvendo uma corrente de pensamento na Comunidade Internacional que defende a Internacionalização da região Amazônica, usando como pretexto a má gestão e a intensa degradação que o bioma vem sofrendo nas últimas décadas, essa corrente defende que a Amazônia é um Patrimônio da Humanidade e não tem condições de ser gerida pelas nações subdesenvolvidas da América Meridional. Essa linha de pensamento é extremamente nociva à soberania das nações do Cone-Sul; citações de certas Instituições, Chefes de Estado e figuras públicas de algumas nações desenvolvidas refletem nitidamente essa aspiração relativizar a soberania da região Amazônica, dentre elas, podemos citar:

CITAÇÃO	AUTORIA
"Campanhas ecológicas internacionais que visam à **limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica** estão deixando a fase propagandística para **dar início à fase operativa, que pode definitivamente ensejar intervenções militares diretas sobre a região**."	John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra, Londres (1992), grifo nosso.
"A Amazônia é patrimônio da humanidade. **A posse desse imenso território pelo Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru e Equador é meramente circunstancial**."	Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, Genebra (1992), grifo nosso.
"As **florestas tropicais como um todo devem ser submetidas** à gestão coletiva, ou seja, **à gestão da comunidade internacional.**"	Pascal Lamy, ex-comissário de Comércio da União Européia, Paris (2008), grifo nosso.
"Ao contrário do que os brasileiros pensam, **a Amazônia não é só deles, mas de todos**."	Al Gore, ex-vice-presidente dos EUA, Washington (1989), grifo nosso.
"O **Brasil** precisa aceitar uma **soberania relativa sobre a Amazônia**."	François Mitterrand, ex-presidente da França, Paris (1989), grifo nosso.
"Uma coisa está clara. **Essa parte do Brasil é muito importante para ser deixada com os brasileiros**."	The Independent, jornal inglês, Londres (2008), grifo nosso.

Como foi visto, essa proposta de internacionalização da Floresta Amazônica é uma ameaça latente aos interesses e à soberania das nações do Cone-Sul. A cooperação militar na região, ainda que não seja caracterizada por uma aliança militar, seria um potencial elemento dissuasório no que se refere à defesa e manutenção do status quo do território Amazônico, como previsto no Artigo 5º do Estatuto do CDS (2008), que discorre que o Conselho "fomenta a defesa soberana dos recursos naturais de nossas nações."

Conforme afirma Geraldo Lesbat Cavagnari Filho, diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (1994), a Defesa da Amazônia “abrange, também, a defesa do meio ambiente e das comunidades indígenas, assim como a interceptação do tráfico de drogas e do contrabando de minérios e madeiras”. Sendo assim é uma obrigação das nações envolvidas intensificarem a fiscalização e melhorarem o processo de gestão dos recursos Amazônicos, em prol da preservação da área, esse porém é um problema que deve ser resolvido dentro da esfera regional e nacional, respeitando o princípio do respeito irrestrito à soberania das nações, conforme prevê a Carta da ONU, em seu Artigo 2º.

Em suma, os Estados da América do Sul se beneficiariam do ambiente de Segurança Coletiva gerado por uma cooperação militar efetiva na região, visto que ela proporcionaria o desenvolvimento de políticas de Defesa, aumento da dissuasão das Forças Armadas e um melhor monitoramento e fiscalização de áreas ameaçadas, facilitando a manutenção do *status quo* vigente. Desta forma, faz-se necessário “constituir um bloco que se apresente íntegro em nível global no trato dos temas de defesa, com capacidade de dissuadir ingerências externas e com reforçado poder de negociação nos fóruns internacionais”, conforme previsto no Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012).

4 O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO (CDS)

4.1 Propostas do Conselho de Defesa Sul-Americano

De acordo com Rush & Epley (2005), a cooperação militar entre Estados não é uma novidade na história da humanidade, ao contrário, é muito antiga. Podemos dizer que se confunde com as primeiras relações humanas, ainda que conceitualmente, segundo esses autores, as alianças formais entre nações remetam à Paz de Vestfália (1648). Vale ressaltar essa pesquisa não visa tratar de uma aliança militar, já que o foco de nosso estudo, o CDS, é apenas um órgão consultivo, que possui como princípio a não-intervenção.

“Cria-se o Conselho de Defesa Sul-Americano como instancia de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da UNASUL” (Estatuto do CDS, 2008). Conforme foi visto, o CDS é o órgão de fomento a cooperação militar na América do Sul, foi proposto pelo Brasil e criado oficialmente durante V Reunião Extraordinária da UNASUL, ocorrida na Costa do Sauípe, em 2008.

Analisando os princípios que norteadores do CDS, verificamos que este não se confunde com uma Aliança Militar, já este Conselho não tem como intenção fazer oposição a outro grupo de Estados ou realizar intervenções militares quando sua Cúpula julgar necessário. O CDS é, portanto, um órgão consultivo, e está pautado no respeito às soberanias nacionais; defesa da democracia dentro do continente; promoção da paz, do diálogo e da confiança entre as nações; salvaguarda do Direito Internacional e das Organizações Internacionais; desarmamento nuclear e de armas de destruição em massa; redução das assimetrias entre os sistemas de defesa dos Estados Membros da UNASUL; fomento à defesa da soberania dos recursos naturais das nações; participação do cidadão nos assuntos de Defesa; promoção de ações de cooperação no campo da defesa; reafirmação da convivência pacífica dos povos, e a proteção dos sistemas democráticos de governo, perante ameaças ou ações externas ou internas.

A cooperação militar não é apenas um mecanismo estratégico de defesa, mas também um instrumento diplomático, uma maneira de criar um ambiente de confiança mútua entre as nações, propício ao desenvolvimento (CEPIK, 2005). A Consolidação de uma zona de paz na América do Sul é, portanto, a base para a estabilidade e o desenvolvimento regional. A

integração sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais, e a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa norteiam as ações do Conselho.

Conforme prevê o Artigo 5º do Estatuto do CDS, as principais propostas do Conselho estão relacionadas ao avanço da discussão de elementos comuns em matéria de defesa; troca de informações e análise de dados, objetivando identificar possíveis ameaças que possam afetar a paz regional; articulação de posicionamento conjunto em foros multilaterais sobre defesa; construção de uma visão conjunta a respeito da Defesa; a troca de informações a respeito medidas de modernização dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas; a promoção do diálogo e da cooperação e a adoção de medidas de fomento à confiança regional são objetivos que visam criar uma zona de paz e de confiança mútua na América do Sul. A promoção do intercâmbio e de cooperação no que se refere à indústria de defesa e o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, nos diversos centros de estudos de defesa pode-se dizer que são propostas relacionadas à transmissão de conhecimento tecnológico e ensino militar. O apoio a ações humanitárias, tais como desminagem e assistência às vítimas de catástrofes naturais, e o compartilhamento de aprendizados e experiências adquiridos em operações de paz sob a égide da ONU visam à emancipação dos Direitos Humanos e proteção da Segurança Humana na América do Sul.

4.2 O Brasil e o Conselho de Defesa Sul-americano

Conforme previsto no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), atualizado em 2012, intensificar o processo de integração regional é um dos objetivos da política externa brasileira. Costa (2003) defende que a cooperação sul-americana é caminho mais eficiente para inserção internacional do Brasil, sendo assim, a cooperação militar âmbito regional terá reflexos positivos em amplos aspectos para o poder nacional. O LBDN (2012) afirma ainda que "a estabilidade e a prosperidade do entorno brasileiro reforçam a segurança do País e têm efeitos positivos sobre todos os países da América do Sul."

Dentre os diversos objetivos do CDS, alguns deles acarretarão benefícios claros e imediatos ao Brasil, dentre eles podemos destacar a promoção do intercâmbio e cooperação no âmbito da indústria de defesa. Essa proposta, juntamente com objetivos gerais do CDS, previstos no Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano (2008), de "consolidar a América do Sul como uma zona de paz", "construir uma identidade sul-americana em matéria de defesa" e "gerar consensos para fortalecer a cooperação regional" estão em perfeita consonância com a Estratégia Nacional de Defesa (END) aprovada em 2008, no Brasil.

A tentativa da criação de padrões materiais e doutrinários comuns das Forças Armadas da região é uma tentativa de fomento à indústria bélica regional, sobretudo à base industrial brasileira que é - apesar de sua limitação tecnológica - a mais evoluída, ampla e diversificada dentre as nações sul-americanas. O intercâmbio industrial de defesa é uma das previsões do CDS, isso ocorrerá por meio da coordenação de esforços das múltiplas Bases Industriais de Defesa (BID) das nações sul-americanas, que facilitaria o reaparelhamento das forças armadas do subcontinente. Isso seria um grande benefício ao Brasil, pois incentivaria o investimento em torno de pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias na área bélica. Esse avanço acarretaria a diminuição da dependência tecnológica brasileira das grandes potências, elevando sua capacidade de dissuasão, e ainda alavancaria a exportação de aparatos bélicos brasileiros. O ganho brasileiro seria imenso, pois, além elevar seu potencial dissuasório, o Brasil teria elevado ganho econômico, visto que essas exportações elevariam o seu PIB e favoreceria a sua balança comercial.

Os objetivos específicos do CDS que visam ao apoio a ações humanitárias e o compartilhamento de experiências em Operações de Manutenção da Paz (PKO) da ONU, além da promoção e defesa dos Direitos Humanos, podem trazer benefícios estratégicos para o Brasil. Segundo Cottey e Forster (2004) a cooperação em PKO é vista como um elemento que pode aproximar as nações, criar uma visão militar integrada e promover uma relação cooperativa em questões operacionais, no que tange a Operações de Paz .

A proposta do CDS de realização de adestramento e preparação conjunta de tropas para atuar em Missões de Paz sob a égide da ONU é, portanto, de grande relevância para o Brasil. Caso essa proposta seja colocada em prática, o Brasil é a nação mais apta a tomar a frente na liderança do planejamento e gestão dessa preparação conjunta. Tal fato se baseia na vasta experiência adquirida pelo Brasil nas diversas PKO e missões de Observação de Áreas em Conflito que participou. As próprias instalações do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCoPaB) evidenciam o avanço brasileiro em relação às outras nações do Cone Sul, no que se refere a preparo de tropas para missões de paz. Essa postura de liderança seria mais uma forma de intensificar a projeção do poder nacional brasileiro sobre o subcontinente e a inserção do Brasil no cenário internacional.

"Esse conjunto de fatores impulsiona o país a estreitar a cooperação com os Estados vizinhos também na área militar." (LBDN, 2012) Com tantos benefícios estratégicos à vista, a cooperação militar regional, institucionalizada no Conselho de Defesa Sul-Americano, terá reflexos extremamente positivos para a Defesa e Política Externa brasileiras, conforme discorre o próprio Livro Branco da Defesa Nacional.

4.3 Obstáculos ao Conselho de Defesa Sul-americano

Historicamente a América do Sul foi marcada por conflitos que geralmente tinham suas raízes em disputas territoriais. Após o período de colonização iniciou-se um processo de consolidação das fronteiras e formação dos Estados sul-americanos, esse processo foi marcado por conflitos e controvérsias diplomáticas. Tais fatos foram causadores de confrontos armados na região e alguns desses conflitos trazem reflexos negativos até hoje na relação entre as nações na América do Sul.

De acordo com Cepik (2005) os maiores obstáculos à integração regional e à cooperação militar são: a polarização entre Colômbia e Venezuela; o equacionamento da questão social e da desigualdade; a fragilidade política e administrativa dos Estados nacionais na região; e a intervenção estadunidense na Colômbia. No entanto, segundo o autor, o principal desafio que dificulta a integração regional, é a instabilidade política da Bolívia. Segundo Teixeira (2006), as controvérsias bolivianas são direcionadas da seguinte maneira:

> Com a Argentina e o Brasil, o aspecto econômico se sobressai devido à questão dos recursos energéticos, enquanto que com o Chile, Peru e Paraguai o aspecto de rivalidade se sobressai. Essa rivalidade com os dois primeiros está assentada na perda do acesso ao Oceano Pacífico pelo corredor do Atacama (Guerra do Pacífico – 1879-84) e ao terceiro pela perda da região do Chaco em 1935. (TEIXEIRA, 2006)

Os principais obstáculos à integração regional e à cooperação militar são, segundo Soares (2008), os seguintes:

a) entre os governos da **Venezuela e da Guiana**, existe uma **divergência territorial da região do Essequibo**, ainda não resolvido;
b) entre a **Venezuela e a Colômbia**, há **posições conflitantes sobre os direitos soberanos de ilhas localizadas no Golfo da Venezuela**, discutidas por comissão binacional;

c) entre os governos do **Peru e da Venezuela** ocorreram **desentendimentos momentâneos**, de alcances limitados e já resolvidos diplomaticamente, relativos **ao processo eleitoral peruano**, havendo a retirada mútua de seus embaixadores, por cerca de seis meses;
d) entre o **Peru e o Equador**, houve a **crise do Alto Cenepa**, **em suas fronteiras amazônicas, gerando conflitos armados em 1859, 1941, 1978, 1981 e 1995**. Com intensa mediação dos países sul-americanos, em 1998 firmou-se a Declaração de Paz do Itamaraty e foi instituída a Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), com o fito de promover o diálogo e construir medidas de confiança mútua, evitando o confronto;
e) entre o **Peru e a Bolívia**, houve **divergências**, resolvidas diplomaticamente, sobre os efeitos da entrada em vigor do **tratado de livre comércio firmado entre Peru e EUA**;
f) entre o **Peru e o Chile**, há **controvérsias sobre o limite da jurisdição marítima**, que envolve cerca de 356 mil quilômetros quadrados de águas ricas em recursos marinhos, no Oceano Pacífico. A negociação está sendo intermediada pela Corte Internacional de Justiça;
g) entre a **Bolívia e o Chile**, existe a **questão, não resolvida, do acesso ao mar pela Bolívia, perdido como resultado da Guerra do Pacífico,** na segunda metade do século XIX;
h) entre a **Colômbia e o Equador**, houve uma **crise diplomática** recente, em decorrência do **ataque colombiano, em mar/2008, a um acampamento das FARC, situado em território equatoriano**, próximo à fronteira da Colômbia. Por iniciativa brasileira, formou-se uma comissão especial da OEA, incumbida de verificar as condições do ataque;
i) entre a **Argentina e o Uruguai**, houve **desacordo, tanto de caráter econômico quanto ambiental**, sobre a instalação de fábricas de celulose entre suas fronteiras. A questão foi conduzida para exame da Corte Internacional de Justiça e ainda não foi resolvida;
j) entre a **Guiana e o Suriname**, a Corte Internacional de Justiça foi solicitada a resolver juridicamente **disputas fronteiriças**.

Fonte: Soares (2008), grifo nosso.

Realizando uma análise do atual contexto regional e um cruzamento entre as fontes bibliográficas pesquisadas pode-se verificar que os maiores obstáculos à intensificação da cooperação militar regional e à implementação do Conselho de Defesa Sul-Americano são as divergências ideológicas, relacionadas, principalmente, ao alinhamento com os EUA; questões econômicas, relacionadas ao comércio regional; e os disputas por determinadas áreas fronteiriças, questões territoriais, decorrentes processo histórico de formação e consolidação dos Estados sul-americanos.

Analisando as controvérsias sul-americanas, verificamos que a própria integração regional pode ser a solução para todas elas, visto que um dos objetivos da UNASUL e de seus Conselhos é a resolução pacífica de conflitos. Desta forma, o CDS afastará a sombra de conflitos dentro da região e criará mecanismos consultivos que permitirá prevenir conflitos, conforme prevê a Estratégia Nacional de Defesa (2008).

5 QUANTIFICANDO O CONTINENTE: ALGUNS DADOS SOBRE A DEFESA

5.1 Gastos militares

O gasto total em defesa na América do Sul entre os anos de 2006 e 2010 foi, segundo Revista Brasileira de Política Internacional (2014), em torno de US$ 126 bilhões, distribuídos da seguinte maneira:

Estado	Porcentual de gasto
Brasil	44%
Colômbia	17%
Venezuela	10,7%
Chile	9%
Argentina	8,3%
Equador	4,5%
Peru	4%
Demais países	2,5%

Fonte: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 57 (2014)

Diante desse primeiro gráfico apresentado, relacionado à distribuição dos gastos militares na América do Sul, podemos concluir que o Brasil é notoriamente a maior potência militar do Cone Sul. Tal fato proporciona ao Estado brasileiro uma posição natural de liderança do subcontinente em matéria de Defesa, visto que possui elevado poder dissuasório, proveniente de suas políticas nacionais de Defesa. Sendo assim, o efetivo funcionamento do CDS intensificará a projeção de poder do Brasil sobre a América meridional, já que ,inevitavelmente, o as propostas brasileiras dentro do Conselho terão um peso considerável, diante de sua credibilidade e liderança regional.

É importante que seja analisado o chamado "objeto de gasto", que nada mais é do que o tipo de atividade na qual foram realizados os gastos**.** Entre os anos de 2006 e 2010 podemos verificar que os objetos de gasto em Defesa na América do Sul distribuídos, segundo a Revista Brasileira de Política Internacional (2014) da seguinte maneira:

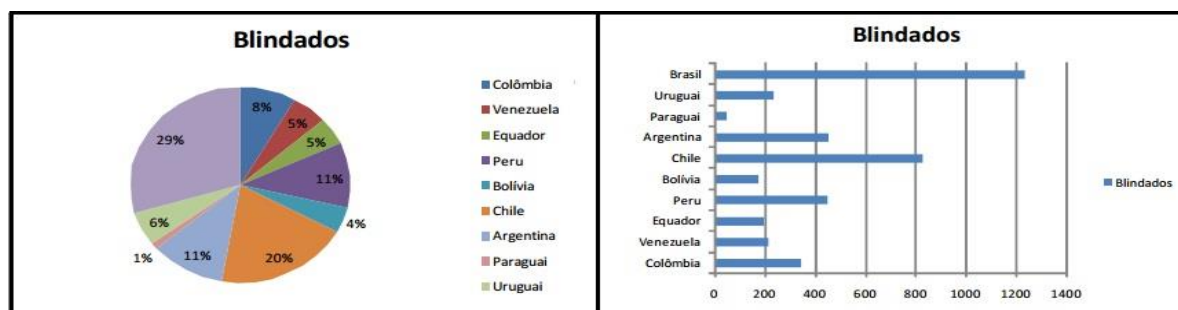
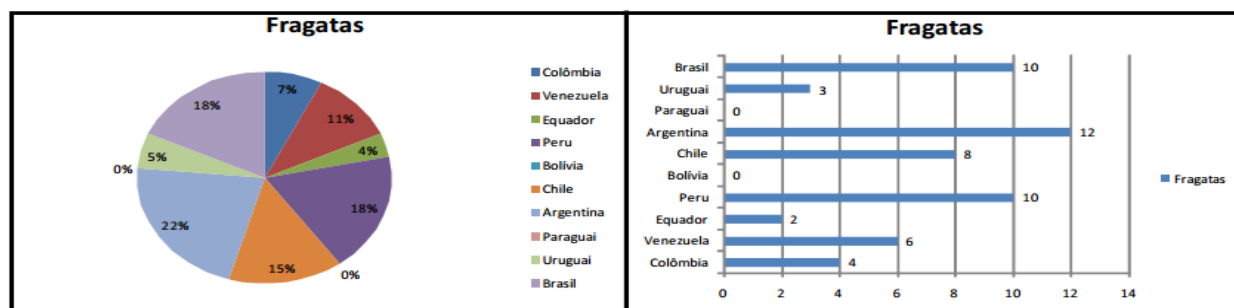
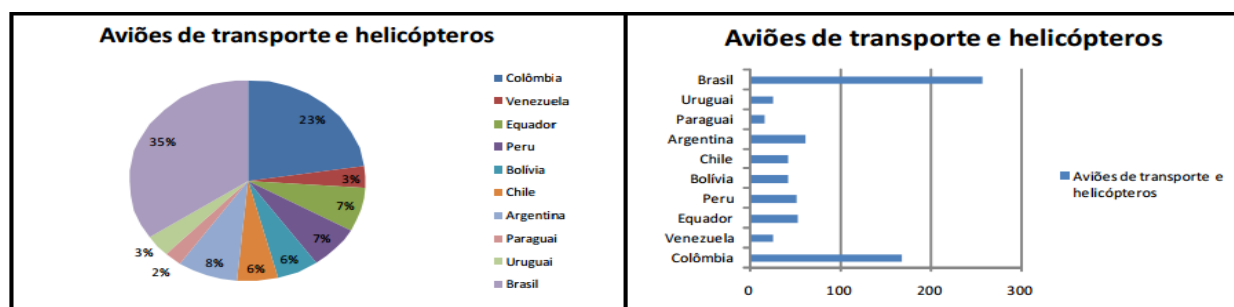
Objeto do gasto	Percentual
Pagamento de pessoal	59%
Operações militares	23,5%
Investimentos	17%
Pesquisas	0,5%

Fonte: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 57, 2014

Diante desta tabela, relacionada aos objetos dos gastos militares na América do Sul, podemos verificar que há uma elevada concentração dos gastos relacionada a pagamento de pessoal e uma pequena utilização dos recursos para investimentos e pesquisas. Para José Goñi, ex-ministro da defesa do Chile (2007), esses dados revelam uma grande desproporção de recursos e a situação é alarmante. Segundo ele, esse quadro precisa ser alterado com certa urgência, e a região precisa elevar seus investimentos em áreas de pesquisa e tecnologia, de modo a diminuir sua dependência estratégica externa, visto que atualmente grande parte dos aparatos bélicos de alta tecnologia adquiridos pelas Forças Armadas sul-americanas são provenientes de fornecedores externos. Segundo o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2012), “o CDS deverá promover, portanto, a análise conjunta de questões políticas e estratégicas, ensejando um debate mais amplo das realidades global e hemisférica, pela ótica da América do Sul”. A Implementação do CDS irá, portanto, acarretar benefícios relacionados à gestão de recursos e gastos militares, pois a partir de consultas, troca de experiências e coordenação conjunta em reuniões do Conselho, os respectivos Chefes de Estado e Ministros

da Defesa poderão realizar uma melhor análise e realizar uma redistribuição orçamentária no que tange a gastos com Defesa.

5.2 Aparatos Bélicos

Outro fator de elevado grau de importância no que se refere à Defesa é o poderio bélico pertencente a cada Estado. Faremos uma análise sobre a distribuição percentual e quantitativa de alguns aparatos bélicos de elevado valor militar presentes na América do Sul:

Fonte: Centro de Estúdio Nueva Mayoria, 2004

Fonte: Centro de Estúdio Nueva Mayoria, 2004

Fonte: Centro de Estúdio Nueva Mayoria, 2004

Analisando os gráficos de distribuição dos aparatos bélicos das forças armadas sul-americanas podemos verificar que o poderio bélico das nações está muito aquém das necessidades da região, tendo em vista a existência de imensuráveis reservas naturais e a grande extensão territorial do subcontinente. A disparidade entre o poderio bélico dos Estados também é um fator relevante, pois revela a vulnerabilidade de determinadas áreas do Cone Sul. Esses dados confirmam a posição brasileira de potência regional, visto que, em todos os itens quantificados, as Forças Armadas brasileiras possuem um poderio muito maior do que a média das nações verificadas, sendo assim, a intensificação dos laços militares na região será muito benéfica ao Brasil, pois devido à elevada influência na região e suas propostas possuem peso e credibilidade em questões de Defesa perante os outros Estados membros do CDS.

5.3 Intercâmbio Militar

A Força Terrestre brasileira tem se destacado pela excelência na formação e especialização de militares de nações amigas sul-americanas que realizam intercâmbio militar em nossas Escolas de Formação e Cursos Operacionais.

Observa-se na tabela seguinte a quantidade de militares sul-americanos que foram formados no Curso de Operações na Selva (Curso de Especialização) do Exército Brasileiro, até o ano de 2013:

Nação	**Militares**
Argentina	52
Bolívia	4
Chile	8
Colômbia	7
Equador	58
Guiana	39
Paraguai	16
Peru	23
Suriname	31
Uruguai	4
Venezuela	24
Total	**266**

Fonte: 1ª Seção do CIGS

Observando dados mais recentes, podemos quantificar os Cadetes sul-americanos realizando intercâmbio de formação na AMAN, no ano de 2014:

Nação	**1° Ano**	**2°Ano**	**3° Ano**	**4° Ano**	**Total**
Bolívia	-	-	2	-	2
Guiana	-	-	-	1	1
Paraguai	1	1	2	-	4
Peru	1	1	1	1	4
Suriname	3	-	-	-	3
Venezuela	1	1	-	-	1

Fonte: 1ª Seção da AMAN

Conforme previsto na alínea “g” do Artigo 5º do Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, “o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa sul-americanos” são objetivos específicos do Conselho. O Brasil, como maior potência militar dentre os Estados membro, tem um importante papel na cooperação militar regional e, numa postura de liderança regional, vem promovendo e buscando intensificar o intercâmbio em matéria de formação, capacitação e especialização militar dentro da América do Sul. O Exército Brasileiro (EB) tem realizado projetos que buscam intensificar a interação entre as Forças Armadas do Cone Sul. Como verificamos nos gráficos acima, o EB tem proporcionado às nações do subcontinente a oportunidade o envio de militares para se formação em suas principais Escolas de Formação, dentre elas a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e especialização em seus diversos Cursos Operacionais, dentre eles, o Curso de Operações na Selva do Centro de

Instrução de Guerra na Selva (CIGS), um dos mais respeitados cursos de operações em ambiente de selva do mundo.

Tais fatos confirmam a importância do Brasil e de suas Forças Armadas no processo de integração regional, demonstram - mais uma vez - que o estado brasileiro ocupa uma posição de potência e liderança na região. Visto isso, cabe ao país continuar intensificando suas políticas de cooperação, visando à projeção internacional de seus interesses e a criação de uma unidade sul-americana em matéria de Defesa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo geral foi realizar uma análise do processo de integração e cooperação militar na América do Sul, dando ênfase no Conselho de Defesa Sul-Americano. Nossa pesquisa teve como objetivos específicos (a) identificar os motivos, relacionadas à geopolítica sul-americana e mundial, que levaram à criação do CDS; (b) analisar os benefícios estratégicos da implementação do CDS para o Brasil; (c) analisar as dificuldades encontradas para um efetivo funcionamento do CDS, que caracterizam obstáculos ao processo de integração regional.

Como resultado da pesquisa podemos verificar que o cenário geopolítico global, caracterizado pela tendência da regionalização das relações internacionais, bem como a existência de ameaças comuns à soberania das nações sul-americanas foram os principais fatores que estimularam a criação do CDS. Dentro dessa perspectiva, podemos destacar que criação de um ambiente de Segurança Coletiva na América do Sul que pode ser visto como elemento dissuasório, no que se refere à Defesa.

Desta forma, a hipótese de que a cooperação militar é a chave para o desenvolvimento estratégico e fortalecimento das Forças Armadas sul-americanas foi confirmada. O fortalecimento dessa cooperação irá aumentar o nível de confiança entre as nações, criando um ambiente propício ao desenvolvimento, que trará reflexos extremamente positivos na política externa e economia brasileira. O desenvolvimento do CDS ainda encontra alguns obstáculos ligados às divergências ideológicas, econômicas ou disputas territoriais. Analisando essas controvérsias verificamos que a própria integração regional pode ser a solução para todas elas, visto que um dos objetivos da UNASUL e de seus Conselhos é a resolução pacífica de conflitos.

Concluímos, então, que a implementação do Conselho de Defesa Sul-Americano proporcionará o aumento da influência brasileira na América do Sul e, por consequência, intensificará sua inserção no cenário internacional, por meio da projeção de poder. O CDS promoverá o desenvolvimento de Bases Industriais de Defesa na região, diminuindo a dependência tecnológica do Brasil perante as grandes potências e fomentará a construção de uma unidade sul-americana, a qual acarretará um ambiente de confiança mútua e estabilidade na região. Tais fatores proporcionarão o fortalecimento das Forças Armadas brasileiras e de seu poder de dissuasão, garantindo a manutenção do *status quo* territorial do país, um os principais objetivos constitucionais da nação.

REFERÊNCIAS

ARAVENA, Francisco Rojas. ***Las Medidas de Confianza Mutua y de Seguridad como instrumento para la paz y la estabilidad*.** Santiago – CHI. LACSO - Chile/Nueva Sociedad, 2008.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília – DF, 2012.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília – DF, 2008.

ONU, Organização Internacional das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco – EUA, 1945.

CEPIK, Marco. **Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural. In: Observatório Político Sul-Americano.** Rio de Janeiro – RJ. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005.

CEPIK, Marco. **Segurança regional e integração na América do Sul. Segurança Internacional. Práticas, Tendências e Conceitos.** São Paulo – SP. Editora Hucitec, 2010

COSTA, Darc Antonio da Luz. Estratégia Nacional. **A cooperação Sul-Americana como caminho para inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro - RJ. L&PM EDITORES, 2003.

COTTEY, Andrew; FORSTER, Anthony. ***Reshaping Defence Diplomacy: New Roles for Military Cooperation and Assistance.*** The International Institute for Strategic Studies. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização, Estado nacional e espaço mundial.** São Paulo – SP. Ed. Moderna, 1997.

RUSH, Roberts S.; EPLEY, William W. ***Multinational Operations, Alliances, and International Military Cooperation. Past and Future*.** Washington – DC. Center of Military, US Army. 2005.

SOARES, Clemente de Lima Baena. **Crises atuais na América do Sul.** In: Seminário “Crises na América do Sul: lições aprendidas e perspectivas”. Brasília – DF, 2008.

TEIXEIRA, Rodrigo Correa; PEREIRA, Wesley Robert. **Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul. Conjuntura Internacional.** Belo Horizonte – MG , 2006.

UNASUL, União das Nações Sul-Americanas. **Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas.** Brasília – DF, 2008.